

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
Departamento de Direito Processual
Disciplina: Tutela jurisdicional dos interesses transindividuais
Professores Ricardo de Barros Leonel
2º SEMINÁRIO

Questões.

- 1) Determinando medicamento é comercializado em todo o território nacional. Descobre-se que ele apresenta componente prejudicial à saúde, e já produziu efeitos deletérios em várias pessoas. São instaurados inquéritos civis pelo MP em vários Estados. O MP de Minas Gerais ajuíza uma ação civil pública, fazendo-o o mesmo, posteriormente, os MPs de SP e RJ. Pergunta-se: o que deverá ocorrer com estas ações? Qual será o juízo competente para a sua apreciação?
- 2) Transitou em julgado sentença que condenou a empresa “X”, fabricante de certo equipamento eletrônico, a indenizar os adquirentes daquele produto por propaganda indevida, tendo em vista que a publicidade do equipamento noticiava funcionalidade que, posteriormente, aferiu-se inexistir. A sentença não definiu valores individuais, dizendo apenas que serão apurados “caso a caso”. O que deverá fazer o consumidor individual para obter a reparação do dano que sofreu, e em quais foros poderá postular seu interesse individual? Há vinculação – prevenção – do juízo da ação coletiva para a apreciação do interesse individual de cada lesado?
- 3) Associação de defesa ambiental propõe ação civil pública contra empresa que emite fumaça e não utiliza filtros, dispensando densos poluentes no Município que provocam danos à saúde. Há algumas ações individuais em andamento, em que os autores notificam problemas de saúde relacionados a esse fato e pedem reparação. A empresa ré pede a reunião das ações por conexão. Como juiz, decida a respeito desse requerimento.
- 4) O Governo Federal decide privatizar uma estatal, dentro de uma política pública previamente estabelecida. O Ministério Público ajuíza ação civil pública, buscando a declaração da ilegalidade da referida privatização. Há pedido de liminar para paralisação do leilão, que é deferida *inaudita altera parte* uma semana antes da data prevista. Qual(is) mecanismo(s) a Fazenda Pública possui para impugnar a decisão concessiva da liminar? Há matéria de defesa específica da ré no caso em tela?
- 5) O Ministério Público ajuíza ação civil pública em face de uma empresa poluidora que, pelo despejo de resíduos líquidos e sólidos, levou à contaminação do solo. O pedido era de condenação da ré à obrigação de fazer, consistente em providenciar a descontaminação e recuperação da área. No curso da demanda, verifica-se que houve também a contaminação do lençol freático. Pergunta-se: se você fosse promotor de justiça, como lidaria com a descoberta da nova contaminação?
- 6) Uma determinada empresa constrói parque temático de diversões em área de preservação permanente. É instaurado inquérito civil para a apuração do dano ambiental gerado. A empresa investigada propõe o ressarcimento financeiro do dano a ser direcionado diretamente para o fundo de interesses difusos lesados. Pergunta-se: como promotor, você aceitaria a proposta da investigada?